



Editorial

O Professor de Medicina na Universidade Pública Brasileira

A manutenção do Professor Universitário nas universidades públicas brasileiras tem sido um desafio constante, refletindo a falta histórica de uma política concreta dos nossos governantes na fixação de profissionais realmente vocacionados para atuação na universidade, notadamente na área médica. As dificuldades começam na captação de bons profissionais que não se sentem atraídos pelo “arpejar honroso” de fazer parte dos quadros profissionais destas instituições, em decorrência dos salários defasados quando se compara com as instituições privadas de ensino superior. Na sequência das dificuldades vejo a falta de um processo evoluído e justo de avaliação de nossos professores como uma das mais pungentes. Nestes moldes, essa avaliação impediria que bons profissionais fossem discriminados e prejudicados. Também impediria que aqueles sem nenhuma vocação sustentada para a vida acadêmica pudessem perpetuar-se em seus postos, cerceando a oportunidade de que novos talentos fossem somados ao quadro universitário. De forma geral vejo que universidade não cobra seriamente de seus profissionais e reage mal quando é cobrada a respeito destas iniciativas.

Imagino também que a indecisão governamental em definir verbas fixas para o financiamento do ensino e da pesquisa médica tem sido uma das grandes dificuldades. Na remuneração de um professor universitário, deve ser visto que este profissional não é apenas parte do aparelho de formação e simples veículo da informação, mas elo fundamental para a produção do conhecimento que resulta progresso diagnóstico e inovações terapêuticas. Adicionalmente, creio que a remuneração igualitária entre todos os professores da universidade, sem uma avaliação do mercado de trabalho deste profissional também possa ser considerado um dos grandes equívocos da universidade pública brasileira, colaborando com os problemas atuais de evasão profissional de nossos quadros. Nossa sociedade como um todo, infelizmente, não sabe usufruir da “democracia acadêmica” adotada por nossas instituições de ensino superior. Basta olhar um pouco além do nosso umbigo para notarmos que países evoluídos já remuneram diferenciadamente e de acordo com a produtividade, seja acadêmica, de ensino ou de extensão.

O “financiamento do ensino público superior”, reflete uma total inversão de prioridades sociais e sempre é a desculpa para os baixos salários dos docentes. Vejamos, o ensino básico e médio, que deveria ser público e de qualidade priorizada, defenderia a criança que não

tem meios de se opor às intempéries da pobreza e democratizaria as oportunidades futuras a partir da base. Será que alguém sem nenhum comprometimento político consegue negar que esta inversão é perversa e só protege aqueles economicamente abastados? A preparação diferenciada na base prepara melhor aquelas crianças que conseguem fugir do ensino público, atualmente sem a qualidade necessária. Consequentemente, só os mais aquinhoados financeiramente conseguem chegar à universidade pública, gratuita. Será que o ensino superior precisa ser gratuito para todos? Não existem formas de avaliação dos alunos das instituições de ensino públicas para definir quem realmente precisa de auxílio financeiro para sua manutenção? Sem demagogia, veremos que percentual mínimo de estudantes precisam do dinheiro público para manterem-se na universidade

Finalmente, outra possibilidade pouco explorada e que tem ajudado no “financiamento da universidade pública”, principalmente nos salários do pessoal docente são as fundações ligadas às universidades. Infelizmente, a resistência à instalação dessas fundações e o pouco profissionalismo na captação de recursos externos ainda cerca de dificuldades estas que, teoricamente, poderiam ser alternativas que amenizariam as dificuldades atuais da universidade na manutenção de um quadro docente diferenciado, motivado e produtivo.

Não havendo a disposição para uma reforma global na universidade pública brasileira atacando objetivamente todos os problemas e óbices aqui apontados, continuaremos a preparar profissionais de notável saber para as universidades privadas. Não estamos negando a nossa missão de formar pesquisadores e professores capacitados para o exercício destas atividades universitárias, independentemente se a instituição é pública ou privada. No entanto, não é bom ver a evasão de profissionais dos quadros ativos da universidade pública atraídos por melhores condições salariais nas instituições privadas, no que pese a falta de expectativa para criar novas propostas de investigação científica, ou mesmo chance de continuarem com suas pesquisas já estabelecidas. Ainda é tempo de lutar...

GERALDO DUARTE

Professor Titular de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
gduarte@fmrp.usp.br

Nota do Editor

Todas as palavras do professor Geraldo Duarte fazem sentido para um periódico brasileiro, que luta em se manter científico. Pois, os maiores responsáveis em abastecer de materiais uma revista científica são aqueles que geram conhecimentos; um dos pilares das funções primordiais de uma instituição de ensino superior. O outro pilar é difundir conhecimentos. E, a difusão de conhecimentos não passa só com aulas ou palestras, mas com publicações científicas. Os que geram e difundem conhecimentos, em geral, estão fazendo parte de corpo docente de universidades públicas, uma vez que as privadas, com raríssimas exceções para a área médica, mais se limitam a disseminar os conhecimentos (em salas de aulas/ambulatorios) gerados por outrem. Assim, os que se destacam procuram obter o máximo de reconhecimento em publicações de alto impacto editorial (via de regra estrangeira). Como se manter e crescer no campo de ser instrumento de disseminação do conhecimento científico na área médica brasileira? O texto do professor Geraldo expõe essas dificuldades.

